

| | |
|--------------|-----------------|
| Documentação | |
| Fonte | Acritica |
| Data | 17/4/99 Pg A-15 |
| Class. | 94 |

Manaus, sábado, 17 de abril de 1999

a crítica ECONOMIA a 15

EXTRAÇÃO DE MADEIRA

Ipaam quer criar áreas de produção

Ronaldo Assis - 3/out/98

DE OLHO NA PRESSÃO QUE O MERCADO EXERCERÁ SOBRE AS FLORESTAS, O IPAAM VAI DISCUTIR A CRIAÇÃO DE RESERVAS PARA A PRODUÇÃO. A AMAZÔNIA JÁ RESPONDE POR 80% DA DEMANDA

Entre maio e junho deste ano o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), começa a discutir a criação de florestas estaduais de produção, para exploração sustentada de madeira, sob um sistema de concessão. Atualmente 80% da demanda madeireira do País está sendo atendida pela Região Amazônica. "A pressão que ainda é pequena no Amazonas vai crescer e nós não queremos impedir, porque essa é uma atividade legal, só queremos que se dê de forma ordenada", diz o presidente do Ipaam, Vicente Nogueira, 47.

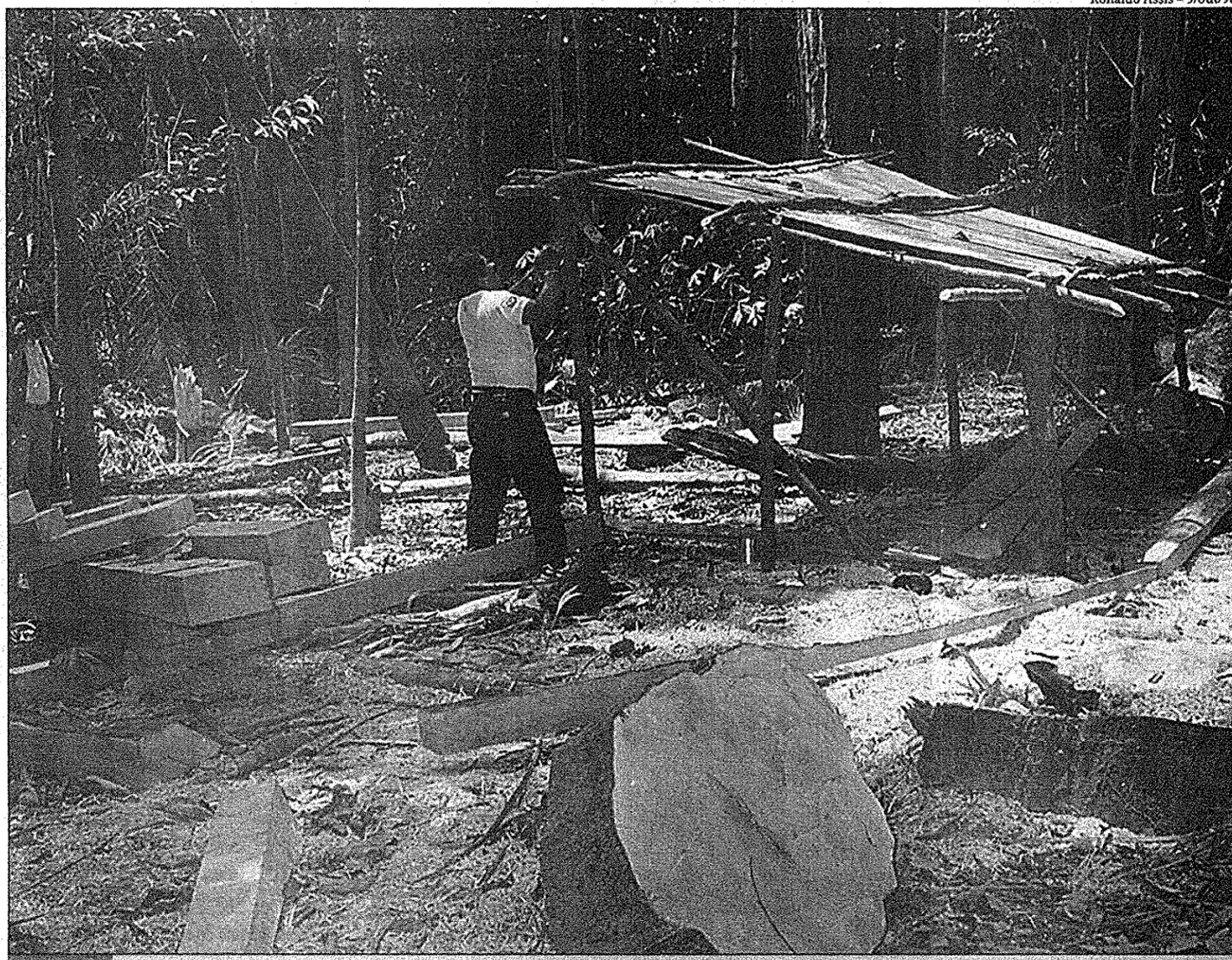
O estoque de áreas que podem ser utilizadas nesse projeto ainda está sendo levantado, mas o governo já dispõe de um estudo comparativo de todos os sistemas de concessão atualmente existentes no mundo, feito pelo economista e pesquisador do Laboratório Nacional de Oak Ridge, no Tennessee (EUA), James Kahn. O estudo mostra os prós e contra de todas as concessões. "Queremos aprender dessas experiências e a partir delas construir o nosso modelo", declara o presidente do Ipaam. A proposta será apresentada a organizações não governamentais (ONG's), instituições de pesquisa e classes empresariais.

LATIFÚNDIOS

Desde 1996 o governo do Amazonas começou a exigir que os grandes empreendedores madeireiros tivessem sua própria área de abastecimento, para evitar que eles fizessem extração ilegal ou comprassem o produto de origem duvidosa. Também foi proibido o uso de madeira oriunda de desmatamento ilegal. Para se ajustar à determinação estadual de 1996 as indústrias de madeira tiveram de adquirir extensas áreas porque a produtividade madeireira é baixa na floresta tropical, diferente de florestas temperada ou boreal, segundo Nogueira. Juntas as madeireiras são donas de 1,2 milhão de hectares de terras no Amazonas.

As vantagens da aquisição de terras pelas madeireiras é que elas passaram a zelar mais, a fiscalização foi facilitada, devido a concentração espacial da exploração, e o empresário começou a se adequar às exigências da Organização Internacional de Madeira Tropical (ITTO), que exige que toda a madeira venha de plano de manejo a partir do ano 2000.

O lado negativo é que as empresas começaram a ser vistas como latifundiárias, além disso as terras muitas vezes são ocupadas por posseiros, o que gerou um problema social. "Nós começamos a gerar latifúndios florestais criando problemas sociais com populações tradicionais que estavam instaladas na região", assinala Nogueira. Mesmo com todos esses problemas o presidente do Ipaam afirma que não há como voltar ao velho sistema do "salve-se quem puder".



NA FRENTE

O sistema de concessão para exploração sustentada de madeira no Amazonas visa garantir que a extração se dê de forma ordenada

Nogueira crê em apoio de ONG

As florestas estaduais de produção são um sistema parecido com o que foi lançado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 1997. As Florestas Nacionais (Flonas), receberam críticas e ações judiciais por parte de entidades ambientalistas. O presidente do Ipaam, Vicente Nogueira, não espera reação desse tipo porque uma publicação do Grupo de Trabalho Amazônico "Amigos da Terra", uma ONG, sugere que a forma mais promissora para uso das florestas seria a ampliação da rede de florestas de produção, de forma a garantir uma proporção razoável de madeira de origem legal e manejada na região.

A ONG aponta inúmeras van-

tagens dessa modalidade de uso da floresta, como segurança fundiária, compromisso a longo prazo para com a atividade florestal, produção sob regime de manejo e arrecadação de royalties. Além disso, a definição de uso das terras públicas ajudaria a diminuir a expectativa de que as florestas da região estariam disponíveis para acesso.

Um grande erro do Ibama no caso das Flonas foi não ter consultado a população e as entidades que têm o necessário conhecimento técnico e representatividade social, de acordo com relatório dos Amigos da Terra. O processo de licitação das Flonas foi lançado às pressas ferindo o direito das comunidades locais. Amigos da

Terra e o Ministério Público Federal moveram três ações civis públicas contra o processo de licitação. "Eles não discordavam da proposta de floresta de produção, mas questionavam o modelo que foi adotado. Queremos discutir o sistema para não correremos o mesmo risco", afirma Nogueira. A idéia dele é mandar correspondência para várias instituições ambientalistas e representações políticas para que elas preparem suas contribuições e o resultado será apresentado em um workshop. Se o sistema de concessão for aprovado, será preciso definir também os critérios dessa concessão que poderá ser por volume, por área, por espécie, ou uma outra forma.